

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Luminense*

Class.: 1111

Data: 02.02.90

Pg.: _____

Garimpeiros só terão terras se saírem das áreas indígenas

BOA VISTA — O Ministro da Justiça, Saulo Ramos, condicionou a demarcação de novas áreas para garimpo, em Roraima, à saída dos garimpeiros da reserva indígena ianomami. "O Governo prometeu que daria três áreas para garimpo e vai cumprir, depois que os garimpeiros saírem das áreas indígenas" afirmou ele, ao chegar ontem à tarde a Boa Vista. Até agora, o Governo demarcou uma área de 100 mil hectares, formando o garimpo de Santa Rosa — Uraricá, que seria suficiente para os garimpeiros que estão hoje na reserva ianomami. As lideranças dos garimpeiros, no entanto, contestam essa afirmação. Segundo Saulo Ramos, a demarcação das outras áreas poderá ocorrer ainda neste Governo, se os garimpeiros deixarem rapidamente a área dos ianomami.

As lideranças dos garimpeiros preferem mesmo negociar com o futuro Governo, porque o Presidente eleito, Fernando Collor de Mello teria assumido o compromisso de deslocar os índios para outras regiões, entregando as duas terras ao garimpo. "Almoocei com Collor que se comprometeu a abrir as reservas para os garimpeiros", afirma o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Boa Vista, José Teixeira Peixoto. Segundo ele, Collor teria dito que a solução mais fácil para o conflito entre índios e garimpeiros é retirar os índios.

Peixoto ameaça entregar aos garimpeiros o encaminhamento da questão, caso o Governo não demarque imediatamente as outras áreas para extração de ouro. A liberação dos garimpeiros, segundo ele, significa confronto com as autoridades. Desde a manhã de ontem, Boa Vista vive um clima de tensão: caminhões



Saulo prometeu que daria mais áreas

de som comandados por lideranças locais convocam os garimpeiros a ocupar a Praça dos Garimpeiros, onde fica o palácio do Governador Homero Jucá. A comitiva de Saulo Ramos desceu na Base Aérea para evitar a concentração que se formava no aeroporto civil, mas os garimpeiros deslocaram-se para o hotel onde se hospedou a comitiva, protegida pelas Polícias Militar e Federal.

Pela manhã, os garimpeiros fecharam ruas com pedras e tiveram conflitos com os policiais militares que prenderam algumas pessoas, liberando-as em seguida, por imposição dos garimpeiros. Jucá Filho chamou os garimpeiros para a porta do palácio, onde discursou em apoio a eles. "A polícia está aqui para proteger os garimpeiros e não para bater", desautorizou. Ele traquilizou os ga-

rimpeiros, dizendo que queria primeiro ouvir a proposta de Saulo Ramos. "Se for contra os garimpeiros, vamos protestar juntos", ameaçou.

"O Diálogo é a melhor solução", ponderou Saulo Ramos, ao chegar a Boa Vista. Segundo Saulo Ramos, a demarcação da área Uraricá — Santa Rosa é um gesto de boa vontade do governo, que não fez qualquer exigência aos garimpeiros.

"O acordo com o Governo Federal está de pé", afirmou Jucá. O Presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado, criticou a criação do garimpo de Uraricá: "Lá não tem nem 500 hectares mineralizados". Ele admite que a intenção dos garimpeiros é deixar temporariamente a reserva e depois voltar legalmente a explorar o garimpo nas terras dos índios, conforme seria a proposta de Collor de Mello. Aliás, o Presidente da Gold Amazônia, Elton Rohnelt, é mais incisivo e defende abertamente o aproveitamento do índio como mão-de-obra para o garimpo. Segundo ele, as áreas ocupadas pelos índios são muito ricas em ouro.

Para Altino, a Floresta Nacional "é conversa do Fernando Cesar Mesquita — Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente — para retirar os garimpeiros e entregar as áreas às empresas de mineração". Com os ânimos exaltados, os garimpeiros tiveram conflitos também com manifestantes do SOS Yanomami, movimento organizado pelo Comitê de Solidariedade aos povos indígenas. "O governador Jucá é defensor do garimpo e impede a sociedade civil de se manifestar", denuncia Elvira Fonseca, líder do movimento. (AE)

Criação de municípios em área de índios é contestada

BRASÍLIA — O Presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Manoel Fernandes Moura, pediu à Procuradoria Geral da Repú-

blica que entre no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação de inconstitucionalidade do artigo 12 da Constituição do Estado do Amazonas. Se-

gundo Moura, o artigo criou, em área indígena, os municípios de Iauarete, Uati-Paraná e Belém dos Solimões.